DA IMEDIATA APLICAÇÃO DAS NORMAS SOBRE DIREITOS E GARANTIAS INCLUSIVE SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO

JOSÉ DA SILVA PACHECO

SUMÁRIO: 1. Introdução 2. Das quatro expressões de direitos e garantias 2.1 Dos direitos expressos 2.2 Dos direitos decorrentes do regime e dos princípios adotados 2.3 Dos direitos decorrentes dos Tratados 2.4 Considerações conclusivas sobre o item dois supra 3. Considerações sobre o direito de acesso à jurisdição ou direito de ação 4. Considerações sobre a aplicação imediata prevista no parágrafo 1º do art. 5º da Constituição Federal.

1. Introdução

Diante da notícia do lançamento, no dia 10.04.97, do Programa Nacional de Informática na educação (PROINFO), com o propósito de levar cem mil computadores a seis milhões e meio de alunos da rede pública de ensino, vieram-nos à mente algumas das várias idéias expostas pelo jovem psicólogo Douglas Rushkoff, em seu recente livro “Playing the Future, How Kid’s culture can teach us to thrive in a Age of Chaos” (Disputando o futuro. Como a cultura dos jovens pode nos ensinar a ter sucesso numa época de caos), publicado pela Harper Collins Publishers, New York, 1996.

Salientando que temos de aprender a aceitar a mudança, como necessidade constante, visto que a novidade é o atual *status quo*, aponta que estamos sendo bombardeados, todo dia, com múltiplos termos, inventos, conceitos e eventos, que nem sempre entendemos de imediato e, em larga escala, sofremos o impacto de ver que as instituições culturais sob as quais crescemos — religião, moral, líderes, heróis, medicina, emprego e, ainda, o Estado-nação e a própria família — aparentam sucumbir sob o próprio peso, que nós, sem

termos viajado, experimentamos a sensação de ter andado mais do que qualquer geração da história e, perplexos, sentimos-nos como imigrantes em terra estranha.

Como nos países das Américas, para onde se imigraram europeus e asiáticos, foram as crianças e jovens os que, primeiro, aprenderam a se entrosar sob as novas culturas, servindo de intermediários e guias, inclusive na linguagem junto a seus pais e avós, assim também no mundo novo deste final de milênio e início do próximo, em que a globalização espande sob todas as formas — e não só sob o aspecto econômico, como muitos insistem em repetir — são as crianças e jovens os explicadores dos adultos.

Num universo, contraditoriamente, em expansão de complexidade e de compressão aproximante de distâncias e tempos, serão os jovens, no diálogo incessante, ainda que no silêncio das telas do computador, os aptos a procurar vias e não somente a seguir as que estão abertas, para a solidariedade e justiça que se almeja, inclusive para a universalização da educação fundamental.

Diante desse mundo caótico, os jovens, que embora mais novos, são os mais modernos, constituem o mais recente modelo de ser humano, equipado com a diversidade de traços indispensáveis a enfrentar o desafio. Se houver dúvida quanto aos caracteres, basta lembrar o surfista, não só a deslizar na crista das ondas, procurando ressacas e rebentações, mas a invadir, sem temor, o âmago daquelas, determinando que se abram como túneis à sua passagem; o *skateboarder*, a patinar irreverente, nas circunvoluções, que mais parecem desligadas de qualquer superfície; o *snowboarder*, que ao se distanciar das regras clássicas do *sky*, “pode não entender conscientemente o intrincado caos, mas a evolução do seu esporte resume o processo pelo qual nossos cientistas desenvolveram as ferramentas que usam para explorar e explicar as muitas asperezas da realidade”; e, sobretudo, os *screenagers*, isto é os que vivem colados às telas da televisão, do computador, da Internet, simbolizando o destemido de agora, não só de amanhã, mas também de hoje, capaz de ver, ouvir, fazer e entender muitas coisas, ao mesmo tempo.

Oxalá a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, incentivada com a colaboração da sociedade, seja fortalecida, com a criação do referido PROINFO, e tomara que todas as crianças e jovens tenham acesso à escola e ao computador, nela instalado, ou fora dela e na intercomunicação aproximante, através dele, seja construída nova mentalidade e nova sociedade, mais humana, sob o signo da solidariedade e da justiça!

Tendo em vista que a globalização torna concrescíveis não só o novo “meio geográfico técnico-científico-informacional”, criando distinção entre as áreas adaptadas às exigências atuais de universalizar os direitos individuais,

sociais, de desenvolvimento, ecológicos, econômicos e políticos, e as áreas desprovidas dessa virtualidade, mas também as “redes” veiculantes de informações, que colocam em posição relevante os que delas participam ativamente, e em nível inferior os que apenas sofrem, reflexivamente os seus efeitos, verifica-se constituir o direito à educação condição necessária e pressuposto fundamental, motivo pelo qual há de ser tratado com absoluta prioridade e considerado, sem disfarce, como de imediata aplicação.

Com esse propósito teceremos as considerações seguintes sobre a imediata aplicação dos direitos consagrados na Constituição brasileira.

2. Das quatro expressões de direitos e garantias fundamentais na Constituição de 1988

A Constituição brasileira de 1988, além dos direitos e garantias expressos no seu Título II, reconhece os decorrentes do regime, dos princípios por ela adotados, ou dos tratados de que o Brasil seja parte, proclamando ter, em qualquer uma dessas hipóteses aplicação imediata as respectivas normas.

2.1 Dos direitos expressos.

Como direitos e garantias expressos, além dos contidos no art. 5º, assinalam-se, por exemplo, os direitos sociais à saúde (art. 196), à educação (art. 205), como direitos de todos e dever do Estado, os direitos culturais (art. 215), ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 205) e outros (art. 7º).

2.2 Dos princípios fundamentais decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição de 1988.

Segundo a ordem dos dispositivos constitucionais, verifica-se que, além dos princípios fundamentais, dentre os quais o da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e o de construção de sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I), com prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II), inscreve-se de modo solene no *caput* do art. 5º e respectivo inciso I, o princípio da igualdade, que assegura a todos, inclusive às partes, no processo, idêntico tratamento, o que se reitera no âmbito do art. 125, I do CPC.

Contudo, do art. 5º, inciso II da CF., resulta evidente o princípio da legalidade que sustenta o Estado de Direito, desde a fórmula de Montesquieu de que “a liberdade é o direito de fazer tudo aquilo que as leis permitem” (De l'esprit des lois, Livre XI, cap. III) ou do art. 4º da Declaração francesa de 1789, que apenas admitia os limites estabelecidos em lei, ou, principalmente, a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, de que no exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas por lei, exclusivamente com o fim de assegurar o

reconhecimento dos direitos e liberdades de outrem assim como de satisfazer as exigências da Justiça, da ordem pública, da ética e do bem comum (art. XXIX).

Desse modo, a igualdade proclamada no art. 5º, *caput* e inciso I da CF há de ser vista e respeitada em confronto com o art. 5º, II e XXXII da mesma Carta constitucional, o que afasta, por exemplo, a inconstitucionalidade do art. 4º, I da Lei n. 8.078/90.

Do art. 5º, inciso XXI, ressalta-se que têm as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, legitimidade para representar seus filiados, judicial ou extrajudicialmente. O inciso LXX do mesmo artigo abre ensejo à legitimação da organização sindical, entidade de classe ou associação para o mandado de segurança coletivo.

No art. 5º, XXIV, eleva-se em nível constitucional a possibilidade de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro (art. 182, § 3º) ou excepcionalmente com títulos da dívida pública (art. 182, § 4º, III) ou de dívida agrária (art. 184).

No art. 5º, XXXIV, independentemente de taxas, assegura-se o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; e no art. 5º, LXXVII, prevê-se a gratuidade de ações de *habeas-corpus* e de *habeas-data*.

No art. 5º, XXXV, exalta-se que a lei não excluirá, a despeito do disposto no art. 59, inciso II, da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

No art. 5º, inciso XXXVII, determina-se não haver juízo ou tribunal de exceção, entendendo-se nesse caso o que não atender os requisitos do art. X da Declaração Universal dos direitos do Homem e do art. XIV do Pacto Internacional relativo aos direitos civis e políticos bem como os que não forem instituídos por lei, como norma geral e abstrata, não se confundindo com os juízes e tribunais especiais ou divididos em razão da competência por matéria ou qualquer outro critério legalmente estabelecido, sem conotação casuística.

No art. 5º, inciso LIII, proclama-se que “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” e no art 5º, inciso LIV, que “ninguém será privado de liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.

No art. 5º, inciso LV, assegura-se o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes, aos litigantes, em processo judicial ou administrativo.

No art. 5º, inciso LVI, excluem-se do processo as provas obtidas por meios ilícitos.

Prevalece a publicidade dos atos processuais, podendo a lei limitá-la somente na defesa da intimidade ou interesse social (art. 5º, LX), assim como dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, podendo a Lei, se o interesse público o exigir, limitar a presença às próprias partes e seus advogados ou somente a estes (art. 93, IX).

Ademais, adota-se o princípio da fundamentação ou da motivação da sentença ou decisão dos órgãos do Poder Judiciário (art. 93, IX) ou das decisões administrativas (art. 93, X).

Atribui-se, ainda, às decisões definitivas de mérito do STF a eficácia vinculante (art. 102, § 2º).

Do exame dos enunciados da Constituição Federal, acima indicados, pode-se ter por assente:

1º) o princípio da sintonia ou equilíbrio entre os fins sociais, tendentes a uma “sociedade livre, justa e solidária”, com liberdade, justiça e solidariedade, e os fins pessoais, voltados para a “dignidade da pessoa humana” e seu pleno desenvolvimento sob todos os aspectos;

2º) o princípio da igualdade ou da isonomia, que há de ser, sempre, visualizado em harmonia com o princípio da legalidade;

3º) o princípio do direito de ação, de acesso à justiça ou de controle jurisdicional, pouco importando se a lesão ou ameaça refira-se a direito, de que seja titular pessoa física ou jurídica, ou entes despersonalizados, desde que da incidência de regra jurídica do direito objetivo de qualquer natureza, resulte interesse legítimo, objeto de frustração ou ameaça, inclusive na hipótese de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos (cf. p. ex.: art. 5º, LXXIII, e Lei n. 4.417/65; art. 5º, LXXI; art. 1º, IV, e 5º, II da Lei n. 7.347, de 24.07.85, com a redação dos arts. 110 e 111 da Lei n. 8.078/90);

4º) o princípio do devido processo legal, inspirado na Emenda V (“... nem ser privado da vida, liberdade ou bens, sem processo legal...”) e na Emenda XIV (“... nem poderá privar qualquer pessoa de sua vida, liberdade ou bens sem processo legal, ou negar a qualquer pessoa sob sua jurisdição a igual proteção das leis”) dos Estados Unidos. Do princípio genérico do devido processo legal (*due process of Law*), infere-se sua feição substancial, relativa ao direito material e o aspecto de tutela desse direito através do processo;

5º) o princípio do juiz natural ou do juiz legal, de que se exclui o instituído casuisticamente, para atender interesse em determinado fato;

6º) o princípio do contraditório, envolvente de provocação e defesa, provas e consectários;

7º) o princípio da exclusão da prova obtida por meios ilícitos;

8º) o princípio da fundamentação ou motivação das decisões, sob pena de nulidade;

9º) o princípio do efeito vinculante da decisão definitiva de mérito do STF nas ações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade.

Além desses princípios fundamentais vinculados ao processo, há os princípios gerais da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, a fim de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170 CF), tais como os da propriedade privada, da função social da propriedade, da livre concorrência, da defesa do consumidor e do meio ambiente.

2.3 *Dos direitos e garantias decorrentes dos Tratados.*

Considerando que se comprometeu o Brasil, juntamente com os demais países civilizados, através da Carta da ONU, a promover o respeito universal e efetivo dos direitos e liberdades, explicitados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10.12.48, em normas gerais (arts. 1º, 2º, 28, 29 e 30), direitos e liberdades fundamentais (arts. 3º a 20), direitos políticos (art. 21), direitos econômicos e sociais (arts. 22 e 27), compreende-se que todas as pessoas em nosso país, têm a garantia de receber dos tribunais competentes a solução ou remédio efetivo às violações a tais direitos.

Aliás, com a adesão à Carta da OEA, reiterou-se que toda pessoa não só tem direito de acesso aos tribunais, como direito a processo rápido e breve para tornar efetiva a tutela jurisdicional, com o objetivo de garantir a eficácia dos direitos fundamentais, sociais e culturais, explicitados na Declaração Interamericana de direitos (arts. I a XXVIII) e deveres (arts. XXIX a XXXVIII).

2.4 *Considerações conclusivas sobre os direitos e garantias mencionados no item 2 supra.*

Assim, pode-se tranquilamente, admitir que o ordenamento jurídico brasileiro há de assegurar:

1º) a abrangência irrestrita dos direitos e garantias: a) expressos na Constituição de 1988; b) decorrentes do regime, a que se refere o art. 1º dessa Carta Magna; c) derivados dos princípios adotados pela mesma, principalmente dos mencionados nos seus títulos I, II, VII e VIII; d) resultantes de tratados de que o Brasil seja parte, considerando-se, genericamente, como tais as Cartas da ONU e da OEA, cujos direitos e garantias impõem-se, ademais, aos Estados signatários, por constituírem sua própria finalidade;

2º) a tais direitos e garantias o caráter de universalidade, de absoluta generalidade, que se estende a todos, e o caráter de efetividade, como qualidade do que deve ter efeito imediato e autêntico na realidade, no plano existencial;

3º) aplicação imediata de tais direitos e garantias, o que implica não só em realização normativa, pela via legislativa, mas sobretudo em realização pela via jurisdicional ou a ela equiparada por lei;

4º) rapidez e brevidade ao processo para tornar efetivos tais direitos e garantias, o que condiz com a agilidade necessária para se concretizar e alcançar a eficiência .

Em síntese, pois, os indigitados direitos e garantias de conotação de absoluta generalidade e efetividade, devem ter aplicação imediata, caracterizando-se o processo, para sua efetivação, da necessária celeridade.

3. Considerações conclusivas sobre o direito de acesso à Jurisdição ou direito de ação

Em relação ao direito de acesso à justiça ou também chamado direito à ação, expressamente indicado no art. 5º, XXXV da Constituição federal de 1988, que muitos conectam, simplificadamente, como espécie de Direito de petição, inscrito no art. 5º, XXXIV da mesma carta constitucional (cf. p. ex.: Eduardo Couture, Fundamentos do Direito Processual Civil, SP, 1946, n. 16, p. 41 e s; Ada Pellegrino Grinover, As garantias constitucionais do direito de ação, n. 29, p. 76), insta salientar o seguinte:

1º) assegura-se, em nosso atual ordenamento jurídico, para provocar a tutela jurisdicional, de caráter preventivo, no caso de ameaça, ou satisfativo, na hipótese de lesão a direito (art. 5º, XXXV);

2º) trata-se de direito público subjetivo a obter do Estado-Juiz o pronunciamento jurisdicional adequado e efetivo, mediante processo imediato, simples e célere, para garantir a efetividade dos direitos ameaçados ou lesados;

3º) satisfaz-se esse direito público subjetivo com a efetiva obtenção da tutela jurisdicional adequada, independentemente de ser ou não ser favorável ao autor pleiteante que provocou os órgãos jurisdicionais sob a invocação de ameaça ou lesão a seu direito;

4º) assegura-se tal direito público a toda pessoa, física ou jurídica, assim como aos entes despersonalizados, privados, oficiais ou oficiosos, que tenham legitimidade para pleitear remédio efetivo dos órgãos jurisdicionais, para os atos de ameaça ou de lesão a direitos individuais, transindividuais, coletivos, difusos, individuais homogêneos, admitidos, expressa ou implicitamente, pelo nosso ordenamento jurídico (Cf. p. ex.: Lei n.7.347/85; Lei n. 8.069/90; Lei n. 4.717/65), aplicando-se aos direitos difusos os dispositivos do Título III da Lei n. 8.078/90, inclusive o art. 82, por força do disposto no art. 21 da Lei 7.347/85, com a redação do art. 117 da Lei n. 8.078/90);

5º) a distinção manifesta, que alguns doutores, usando o argumento do *magister dixit*, procuram encobrir, entre o direito público à jurisdição, de acesso à justiça ou de ação, de um lado, e o direito ameaçado ou violado, de outro lado, põe em realce: a) ser aquele público, universal, de todos e de aplicação imediata, qualquer que seja o direito apontado como ameaçado ou violado; b) ser este, de qualquer denominação ou natureza: direitos subjetivos, individuais ou coletivos, transindividuais, difusos, individuais homogêneos, previstos ou admitidos pelo nosso ordenamento jurídico.

Quando o art. 5º, XXXV refere-se à lesão ou ameaça a direito, sem qualquer distinção, não é lícito ao intérprete distinguí-lo. Refere-se a todo e qualquer direito, quer seja concebido como direito subjetivo, individual, coletivo, transindividual, difuso ou individual homogêneo.

Saliente-se que, inicialmente, desenvolveu-se o direito em função da universidade, na busca de um direito justo, sem fronteiras nacionais e sem direito positivo nacional, com base no direito romano, com destaque dos glosadores Inércio, Azon, Acursio ou post-glosadores Bartolo de Saxoferrato e seus discípulos Baldo de Ubaldis, Nicolau Tudesci e outros. Seguiu-se-lhe a concepção do direito natural, comum a todos os tempos e países, com a idéia do direito subjetivo (Cf. René David, *Los grandes Sistemas jurídicos contemporâneos*, p. 32), embora Von Tuhr tenha acentuado que, como última abstração dos direitos multiformes, sempre preocupou os juristas, antes que se iniciasse o estudo sistemático (Von Tuhr, *Des Allgemeine Teil des deutschen bürgerlichen Rechts*, vol. 1º, 1910, p. 53).

Embora tenha sido a noção de direito subjetivo, desenvolvida, com a pujante obra dos juristas germânicos (Cf. Eduardo Espinola e Espinola Filho, *Dos direitos subjetivos*, Rio, 1941, n. 3, nota b), cedo passou ao domínio do mundo civilizado.

Qualquer que fosse o conceito, com ênfase na vontade, no bem ou no interesse, havia um denominador comum que era a previsão do ordenamento jurídico. Por outro lado, salientava-se que da relação jurídica, que se estabelecesse com a incidência da norma pertinente, haveria de participar um sujeito de direito, de que provinha a denominação "direito subjetivo". Daí a reação doutrinal em admitir, no seu conceito, o que não tivesse sujeito individuado, pessoa física ou jurídica, consoante a dogmática privatística dominante no Século passado e no princípio deste.

Acontece, todavia, que na evolução das instituições, com a distinção do direito processual e do direito material aplicável, logo se formou a noção da legitimidade de estar em juízo, extensiva às entidades não personalizadas, à

massa falida, ao espólio, à herança jacente ou vacante, ao condomínio, às associações (CF., art. 5º, XXI; art. 5º, LXX; art. 8º, III).

Por outro lado, após a Carta das Nações Unidas de 1945 e a Declaração Universal dos direitos de 1948, vem, crescentemente se concretizando a tendência de convenções internacionais e processos de integração global e regional, com o incremento dos direitos sociais, econômicos, culturais, ecológicos, indispensáveis à dignidade e ao livre desenvolvimento da personalidade humana.

A doutrina, cada vez mais intercomunicante, passou a focalizar novas nuances do fenômeno jurídico e os ordenamentos dos países, inclusive do nosso, ampliaram a previsão de direitos, com o reconhecimento de todos eles, inclusive dos transindividuais, coletivos ou difusos e de direitos individuais homogêneos, além dos tradicionais.

Para a sua defesa, tornou-se preciso permitir o acesso à justiça de legitimados autônomos, alargando, racionalmente, o campo da legitimidade, principalmente na esfera processual e, outrossim, dilatando o conceito de direito subjetivo, para abranger não só o direito que tenha um sujeito determinado como também o de sujeito indeterminado, e ademais, estendendo o próprio conceito de sujeito de direito.

Se existem direitos difusos, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, ou direitos coletivos, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas vinculadas por uma relação jurídica básica, há de se admitir, necessariamente, que exista quem os defenda.

Assim, atualmente, pode-se pleitear a tutela jurisdicional, quando houver ameaça ou lesão a direito de qualquer natureza, quer seja direito subjetivo, no conceito tradicional, de interesse legitimamente protegido de sujeito determinado, quer seja de direito individual homogêneo, direito transindividual, coletivo ou difuso.

4. Considerações sobre a aplicação imediata prevista no parágrafo 1º do art. 5º da CF

O parágrafo 1º do art. 5º da CF estabelece que “as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata”.

Ora, nos precisos termos do parágrafo 2º do mesmo art. 5º da CF, os direitos e garantias compreendem: a) os expressos na Constituição; b) os decorrentes do regime de Estado Social Democrático de Direito (art. 1º); c) os derivados dos princípios adotados pela constituição; d) os resultantes dos tratados internacionais de que o Brasil seja parte.

Logo, é lícito concluir que todos esses direitos e garantias têm aplicação imediata.

Dentre os direitos e garantias expressos na Constituição inscreve-se o direito de acesso à jurisdição ou direito de ação (art. 5º, XXXV), segundo o qual lei alguma poderá excluir da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito de qualquer natureza.

Conseqüentemente, o direito de acesso ou de ação é de aplicação imediata e como ele consiste em obter a prestação jurisdicional a respeito da ameaça ou violação de direito, há que se observar o seguinte:

1º) se o direito invocado como ameaçado ou lesado for um dos direitos expressos na Constituição, decorrentes do regime ou dos princípios por ela adotados, ou dos tratados de que o Brasil seja parte, tendo eles também aplicação imediata, não pode o juiz eximir-se de dar a prestação jurisdicional sob a alegação de que não teria regulamentação, a não ser que expressamente exigida;

2º) se for qualquer direito previsto no ordenamento jurídico, não pode a autoridade jurisdicional esquivar-se à prestação jurisdicional sob o pretexto de lacuna ou obscuridade da lei incidente (art. 126, CPC), visto que, na sua aplicação há de atender-se aos fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum (art. 5º da LI) e no caso de omissão, decide-se de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito (art. 4º da LI);

3º) o direito à tutela jurisdicional previsto no art. 5º, XXXV da CF não se limita a assegurar-lá aos titulares de direito privado, mas a quem quer que seja lesado ou ameaçado em seu direito *lato sensu*, independentemente de ser ou não previstos ação, recurso ou procedimento especial;

4º) o art. 5º, XXXV da CF, ao dizer que “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”, não está se dirigindo somente ao legislador nem ao Legislativo, mas a todos. Expressa-se desse modo, por que, tendo por pressuposto o princípio da legalidade inscrito, antes, no art. 5º, II, de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer senão em virtude de lei”, logicamente, haveria de dizer que esta, todavia, não poderá, em hipótese alguma impedir prestação jurisdicional sobre lesão ou ameaça de direito. Desse modo, veda-se que se afaste a prestação jurisdicional: a) quer nas lesões ou ameaças por atos administrativos, fiscais ou estatais em geral; b) quer nas lesões ou ameaças por atos de particulares; c) quer nas lesões ou ameaças por fatos de qualquer origem ou natureza, seja qual for a denominação ou enquadramento dos direitos ameaçados ou violados;

5º) tem, contudo, pertinência a invocação e aplicação do princípio da legalidade, inscrito no art. 5º, II da CF, de que “ninguém será obrigado a fazer ou não fazer alguma coisa senão em virtude de lei”, “exclusivamente com o

fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática” (art. XXIX da Declaração Universal de 1948);

6º) a omissão de norma regulamentadora não elide a imediata prestação jurisdicional, no mandado de injunção, tendente a tornar viável, no caso concreto, o direito ou prerrogativa, constitucionalmente previstos;

7º) a introdução de efeito vinculante às decisões do STF de controle constitucional não fere o indigitado princípio de direito à ação, nem o princípio do devido processo legal, ou o do livre convencimento do juiz;

8º) a admissão da convenção de arbitragem, mediante a qual as partes optam pela submissão de seus litígios relativos a direitos disponíveis ao juízo arbitral, também não ofende a tais princípios, observando-se o disposto nos arts. 7º, 21, § 2º; 33 e §§ da Lei n. 9.307/96;

9º) a exigência de depósito prévio para a ação anulatória de ato declarativo de dívida (art. 38 da Lei n. 6.830/80) contrariava o disposto no art. 153, § 4º da CF de 1967 com a emenda n. 1 de 1969, e contraria, atualmente, o art. 5º, XXXV da Constituição de 1988;

10º) A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, diante da expressa menção do art. 205, como decorrência do regime e dos princípios por ela adotados, especialmente nos arts. 1º, II, III e IV; 3º I, III e IV e art. 5º, XIII da Constituição Federal, assim como do art. LV, letra *c* da Carta das Nações Unidas, art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, art. XXX da Carta da OEA e art. XII da Declaração Americana dos Direitos do Homem, tem aplicação imediata e deve não só ser divulgado pelos jovens pela via Internet, mas, por todos os meios, exigido e respeitado, porque sem ele, todos os demais tornam-se letra morta.